

PÍLULA MAÇÔNICA Nº 169

“Constituições de Anderson”

Considerações II: Análise do primeiro artigo das “Obrigações”.

Vou fazer algumas considerações, que funcionarão como esclarecimentos finais, sobre o assunto tratado na Pílula Maçônica nº 164 – “**Constituições de Anderson**”. O primeiro artigo das **Obrigações** de um Maçom Livre, concernente a Deus e a Religião nos relata:

*“Um Maçom é obrigado, em virtude de sua posição, a obedecer a lei moral; e se compreende bem a Arte, **nunca será um ateu estúpido nem um irreligioso libertino**. Se bem que nos tempos antigos os Maçons estavam obrigados, em cada país, a pertencer à religião do dito país ou da dita nação, qualquer que fosse, atualmente se tem considerado mais conveniente não obrigá-lo senão a esta Religião em que todos os homens estão de acordo, deixando de lado sua opinião particular; que sejam homens bons e verdadeiros, homens de honra e probidade, por qualquer denominação ou crenças que possa distingui-los, donde resulta que a Maçonaria se converte no Centro de União e o meio para conciliar uma verdadeira amizade entre as pessoas que sem ela teriam permanecido em constante distância”.*

É interessante considerar o fato de Anderson ter mencionado unicamente o ateu e usado termos pesadíssimos chamando-o de “**ateu estúpido**” e “**irreligioso libertino**”.

Aparentemente, Anderson estava preocupado com algo mais importante, que poderia abalar a imagem da Grande Loja de Londres, recém fundada em 1717, e que havia passado por enormes dissabores provocados pelo Grão Mestre da Ordem, eleito em 1722, chamado Philip, Duque de Wharton.

Retroagindo no tempo, sabemos que naquela época começaram a aparecer em Londres certos clubes, fechados, destinados à prática da libertinagem e eram denominados “**Hell Fire Clubs**” (clubes das chamas do inferno).

Alguns tinham estatutos, rituais e dignatários. Sabia-se que o ateísmo estava associado à libertinagem. Ali, blasfemar era quase que obrigatório. Normalmente, eram frequentados tanto por homens como por mulheres e seus membros ostentavam nomes de profetas, santos e mártires. A moda dos Hell Fire Clubs se estendeu com rapidez espantosa e haviam tomado a forma de sociedades secretas de “*ateus*”.

O presidente de um desses clubes era o jovem aristocrata, Philip de Wharton, elevado a Duque em 1718, denominando-se Duque de Wharton. Talvez por sua influência na nobreza, talvez por influência política, ou por qualquer outro motivo que desconhecemos, foi eleito Grão Mestre da Grande Loja de Londres. Era um mau caráter, alcoólatra, ateu e tremendamente libertino.

Sua gestão foi escandalosa e o Duque de Wharton acabou sendo expulso da Maçonaria, tendo sido o seu malhete solenemente queimado. Depois de anos de vida crapulosa, foi morrer na Espanha, com a idade de trinta e três anos.

Por que nessa sociedade aberta a todas as convicções religiosas, Anderson fazia exceção somente aos ateus, que na época, eram raros?

O que se pode concluir, é que quando Anderson escreveu o primeiro artigo das Obrigações, estava pensando num ateu de grande importância, blasfemo e libertino, e

quando assinalou “**ateu estúpido**” e “**irreligioso libertino**” estava se referindo à uma mesma pessoa.

O desprezo de Anderson por um homem que não acreditava em Deus, era mais moral do que filosófico. Era uma precaução contra determinados tipos de homens, evitando que interferissem no bom desenvolvimento da Grande Loja de Londres, recém fundada. Sem dúvida, as exclusões de “**ateu estúpido**” e “**libertino irreligioso**” estavam ligadas ao recente escândalo, provocado pelo Duque de Wharton.

Entretanto, como nos diz Alec Mellor –“*O alerta havia sido perigoso. Se um homem tão considerado e influente como Desaguliers não tivesse sido seu Deputado Grão Mestre, podemos perguntar em que teria se convertido a jovem Grande Loja sob a direção de um Wharton que unia seu grau de Grão Mestre com os dos Hell Fire Clubs. Mas não bastava somente haver expulsado a ovelha negra. Era preciso pensar no futuro e deixar bem claro que a qualidade de ateu e libertino era incompatível com a Francomaçonnaria. A redação das Constituições chegou oportunamente a esse efeito. Assim se explica a redação do primeiro artigo como também o indignado termo empregado por Anderson. Em outras condições não haveria sido necessário nenhum adjetivo pejorativo. O 1º artigo não era uma petição de princípios, senão uma reação de defesa*”.

M.:I.: Alferio Di Giaimo Neto
CIM 196017